

Inquérito sobre a avaliação pedagógica dos professores

A proposta de lei de autonomia das instituições de ensino superior foi aprovada em Conselho de Ministros e vai ser discutida na Assembleia da República. Dela consta que os professores podem ser avaliados pelos estudantes quanto às suas qualidades pedagógicas. Segundo o Ministro Pedro Lynce*, é a primeira vez que essa possibilidade fica na lei e diz ainda Lynce que deverá haver um reforço da avaliação pedagógica dos professores para efeito da sua progressão na carreira e que nos últimos tempos tem havido uma clara sobrevalorização da capacidade científica em detrimento da capacidade pedagógica. Recorde-se que o Ministro já manifestou a intenção de rever o Estatuto da Carreira Docente.

A respeito deste tema a Gazeta de Matemática foi ouvir alguns professores a quem pôs as seguintes questões:

Questão 1: *Que pensa da inclusão na lei da possibilidade de avaliação pedagógica dos professores feita pelos estudantes?*

Questão 2: *O resultado dessa avaliação deve contar para a promoção do professor na sua carreira?*

Questão 3: *Os júris que decidem a promoção do professor devem incluir estudantes?*

Questão 4: *Que método sugere para avaliar as qualidades pedagógicas dos professores dos diversos graus de ensino?*

Questão 5: *Concorda com o Ministro quando fala da sobrevalorização da capacidade científica em detrimento da pedagógica?*

As respostas obtidas são agora apresentadas, por ordem alfabética dos nomes dos autores.

Carla Correia,

Escola Secundária de Pinheiro e Rosa, Faro

Questão 1: Na minha modesta opinião (sou professora - estagiária, logo não tenho qualquer experiência sobre o assunto) considero que o professor deve ser avaliado por quem melhor conhece o seu trabalho. Ora, essas pessoas são obviamente aquelas que lidam com ele diariamente: os alunos, os colegas, os órgãos de gestão da escola, ...

Os estudantes são capazes de descrever com bastante objectividade e realismo a forma como cada professor desempenha o seu papel, afinal é do melhor ou pior desempenho do docente que depende também o do discente. No entanto, a opinião do estudante pode ser bastante condicionada, pelo receio de represálias, pela pouca receptividade a determinada disciplina, pelo próprio "implicar com o professor", ou até por aquela nota que achou injusta...

Questão 2: O resultado da opinião dos estudantes deve, sem dúvida, ser tido em conta para a promoção do professor na sua carreira, mas não ser constituído como único meio de avaliação.

Questão 3: Por todos os motivos que referi anteriormente, os estudantes devem fazer parte dos júris, essa é uma forma de o próprio professor ter uma preocupação acrescida na

* Pedro Lynce foi substituído no Ministério depois desta nota ser escrita.

preparação das suas aulas. Contudo, realço que sou professora - estagiária e, por isso, a minha experiência sobre a avaliação e promoção dos professores é nula.

Questão 4: Sinto-me realmente desconfortável ao dar resposta a esta questão, dado que desconheço completamente os métodos para avaliação de professores utilizados actualmente, bem como os seus resultados. Considero, no entanto, que o método a utilizar deve variar consoante os diferentes graus de ensino, pois, cada qual tem os seus objectivos. Parece-me perfeitamente ridículo avaliar um docente do ensino superior utilizando os mesmos métodos que são utilizados para avaliar um docente do ensino básico.

Questão 5: Sim, concordo que, até certo ponto, existe uma sobrevalorização da capacidade científica, ficando quase sempre para segundo plano a capacidade pedagógica, o que não me parece ser razoável. De que serve um professor ter conhecimentos científicos avançadíssimos se depois não consegue transmitir aos alunos os conhecimentos mais básicos?

Apesar de considerar muito importante a capacidade científica, acho que um professor deve ter uma destreza pedagógica suficiente para conseguir alcançar a maior parte dos seus alunos. Para mim, o melhor professor não é certamente aquele que sabe muito, mas aquele que consegue transmitir muito bem aquilo que sabe.

João Filipe Queiró,

Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra

Questão 1: Muitas instituições de ensino superior realizam inquéritos aos estudantes sobre o funcionamento das disciplinas, pelo que é de supor que a actual legislação não os proíbe. Não parece mal que existam tais inquéritos, realizados com equilíbrio e sensatez, devendo ser usados pelas instituições como instrumento de gestão e melhoria das coisas. A "publicidade" de que se ouve falar quanto aos resultados dos inquéritos parece ser concessão à demagogia.

Questão 2: A palavra "contar" sugere algum tipo de fórmula a aplicar pelos júris dos concursos universitários. Ora não

existe nem deve existir nenhuma fórmula nesse contexto, para nenhuma das dimensões da actividade de um professor universitário. O actual sistema de provas e concursos (suponho que sem paralelo, na sua exigência, em nenhuma outra carreira em Portugal) contempla já, de várias formas, a dimensão do ensino. Para além disto - que não é pouco, e deve continuar a ser levado muito a sério - toda a informação existente sobre a actividade profissional dos candidatos aos concursos pode e deve ser tomada em consideração pelos membros dos júris.

Questão 3: Ouço dizer que o país anda deprimido. Ainda assim, não convém abusar do humor como terapêutica.

Questão 4: Pronuncio-me apenas sobre o ensino superior. A este nível, o papel dos estudantes e dos professores é diferente do que se observa no ensino básico e secundário. A palavra "pedagogia" remete etimologicamente para o mundo das crianças. O estudante do ensino superior é um adulto que é, deve ser, o primeiro responsável pelo seu estudo e pela sua aprendizagem. Isto não desresponsabiliza as instituições nem os docentes, que devem organizar os trabalhos de forma a que essa autonomia dos estudantes se possa exercer nas melhores condições, num quadro de respeito pelos estudantes como adultos que procuram uma formação superior. O primeiro dever de uma instituição de ensino superior é garantir o nível científico dos seus docentes, e em seguida a sua dedicação à escola, com o objectivo já referido. A dedicação à escola inclui um alto grau de profissionalismo, uma cultura de exigência, de organização e de respeito pelos estudantes. A manutenção dessa cultura é responsabilidade das instituições, que são também elas avaliadas externamente sobre o cumprimento da sua missão.

Questão 5: Não conheço essas declarações. Os professores universitários em geral têm preocupações de eficácia da sua actividade como docentes. Circula muita informação e discussão, a nível nacional e internacional, sobre o contexto em que essa actividade se desenvolve. Um professor universitário consciente não se desinteressa de nenhuma das dimensões da sua actividade. Por outro lado, é um *cliché* lamentável pensar que há oposição entre a

competência científica de um professor universitário e a sua competência como docente. Isto dito, considero muito negativo qualquer discurso, ministerial ou não, que desvalorize a competência científica dos professores universitários.

José Manuel Pais Martins,

Escola Secundária Felismina Alcântara, Mangualde

Questão 1: Dependerá da forma concreta encontrada. Não me repugna de forma alguma a possibilidade de os alunos manifestarem a sua opinião sobre os professores. No entanto, isto pode trazer efeitos perversos, podendo alguns professores sentir-se reféns dos alunos e dos seus resultados contribuindo assim para uma certa cultura de facilidade que por motivos diversos, tem vindo a aumentar. Existem já neste momento em muitos estabelecimentos de ensino pressões directas e indirectas (até pela diminuição do número de alunos, a “caça” ao aluno), que conduzem a alguma diminuição da qualidade do processo de ensino. Não se devem introduzir novas pressões nesse sentido. Isso não invalida que devam ser encontradas formas que possibilitem o “feedback” dos alunos às condições de aprendizagem. Os alunos devem avaliar a disciplina e o processo de aprendizagem, mas os seus resultados devem ser fundamentalmente um instrumento de trabalho para o professor e para os órgãos de gestão.

Questão 2: O ensino superior não pode esquecer que o tipo de alunos que recebe, à semelhança do que aconteceu no passado com o ensino secundário, é diferente. De um carácter “elitista” que possuía, tem vindo a transformar-se num ensino massificado. Logo, as condições que devem ser dadas aos alunos têm que ser diferentes. As preocupações pedagógicas, o conhecimento das teorias de ensino aprendizagem e a criação de condições propícias à aprendizagem, não podem ser vistas pelos docentes como algo de somenos importância. São professores, logo devem conhecer e deve fazer parte do seu processo de investigação o estudo da componente pedagógica. Não bastam os conhecimentos científicos. Mas, sem descambar para o

excesso do “folclore” pedagógico que infelizmente invadiu outros níveis de ensino. As características do ensino superior como ensino de referência devem manter-se. Assim sendo, para a promoção do professor a sua capacidade pedagógica deve contar. No entanto, essa capacidade pedagógica não pode ser aferida unicamente pela opinião dos alunos, mas esta deve estar incluída num processo transparente de avaliação de professores.

Questão 3: Tendo esse júri dados, devidamente tratados e enquadrados, dos resultados obtidos e da opinião dos estudantes, não vejo necessidade de incluir alunos. Os alunos têm outras preocupações que não se coadunam com o rigor e a especificidade deste processo.

Questão 4:

- 1- A obrigatoriedade de, no seu processo normal de investigação e formação, o professor frequentar módulos ou cursos com disciplinas de natureza pedagógica.
- 2- Um processo de recolha de informação durante e após a conclusão da leccionação da disciplina. Processo que se pode traduzir por inquéritos finais de avaliação, mas sobretudo por um sistema informatizado e instantâneo de recolha de informação.
- 3- Um contacto permanente entre órgãos de gestão, professores e organizações de estudantes.
- 4- A criação de verdadeiras equipas disciplinares de professores que trabalhem em conjunto e que assim consigam encontrar estratégias que melhorem os resultados e o processo de ensino aprendizagem.

No entanto, saliento de novo que, se por parte do professor deva existir a abertura de espírito para aceitar críticas e capacidade de alteração de procedimentos se necessário, em caso algum esta recolha de informação se pode traduzir numa pressão sobre o docente. Este trabalho deve ser feito com o docente e não contra o docente.

Questão 5: A questão não tem uma resposta única. Em termos gerais, e correndo algum risco nesta generalização, é verdade que as grandes faculdades clássicas valorizam a capacidade científica em detrimento da pedagógica. (Embora não se possa estabelecer aqui uma oposição directa

entre as duas. Sem capacidade científica não se tem capacidade pedagógica). Em contrapartida outros estabelecimentos de ensino, talvez por valorizarem em demasia uma pseudo-capacidade pedagógica e por darem demasiada importância a conteúdos não científicos no percurso de aprendizagem dos alunos, conduziram a um claro facilitismo do seu processo de aprendizagem. E aqui não posso deixar de referir que muitas escolas de formação de professores têm de facto formado gerações de docentes dos ensinos básico e secundário com conhecimentos científicos progressivamente inferiores ao longo dos anos.

Luís Manuel da Silva Correia,
Escola Secundária António Aleixo, Portimão

Questão 1: A nível do Ensino Superior penso que a avaliação pedagógica dos professores poderá, em parte, ser feita pelos estudantes, uma vez que são eles os observadores mais directos dessa prática pedagógica.

Questão 2: Sim, embora com peso relativo. Este aspecto poderá funcionar como um estímulo para que os professores modernizem as metodologias utilizadas.

Questão 3: Não. Penso que os júris deverão ser constituídos unicamente por professores que deverão ter em conta a avaliação realizada pelos alunos.

Questão 4: Observação directa e resultados obtidos pelos alunos (os resultados obtidos deverão ter em conta os resultados da avaliação realizada pelos professores e os resultados obtidos pelos alunos em exames nacionais).

Questão 5: Concordo. A nível do Ensino Superior constata-se uma sobreavaliação da capacidade científica em detrimento da pedagógica na esmagadora maioria dos cursos/disciplinas.

Marília Pires,
Universidade do Algarve

Questão 1: Essa possibilidade já existe actualmente na Universidade do Algarve. Todos os anos os alunos são convidados a responder a inquéritos sobre a qualidade do ensino ministrado o que inclui, necessariamente, o desem-

penho pedagógico dos docentes. Infelizmente a adesão dos estudantes a este processo não é muito significativa, sendo comum haver disciplinas com menos de 20% de inquéritos preenchidos.

Questão 2: Os júris dos concursos para associado e catedrático devem também ter em conta o que os alunos pensam do docente na sua avaliação dos candidatos. Um bom cientista que não sabe comunicar não deveria ser professor, pelo menos nos cursos de formação inicial. É claro que não se deve ter a tentação de sobrevalorizar a componente pedagógica de tal modo que alguém que não faz investigação seja preferido só porque dá "boas" aulas.

Questão 3: Decididamente não. Uma coisa é a opinião dos estudantes ser tida em conta, outra é incluir estudantes nesses júris. Até porque há factores de ordem científica a ter em conta que os estudantes não têm preparação para julgar.

Questão 4: Não tenho qualquer receita. Penso que o professor, seja qual for o grau, deve possuir uma sólida formação científica e gostar de ensinar. A entrada de estudantes em cursos de formação de professores deveria estar sujeita a testes de vocação profissional.

Muitos docentes do básico e secundário só são docentes por acidente de percurso e muitos docentes do superior consideram a docência a factura que têm a pagar para poderem fazer investigação.

A nível do básico e secundário penso que deveriam ser reintroduzidos os exames nacionais de fim de ciclo. As diferenças entre as classificações obtidas pelos alunos nesses exames e as obtidas durante o ano poderiam ser um dos factores de avaliação do desempenho do docente.

Questão 5: Concordo a 100%. Basta ler o actual ECDU para verificar que o que se preconiza como base para concursos é a produção científica, esquecendo completamente as outras vertentes da vida do docente universitário. É claro que não se pode cair no extremo oposto de proporcionar uma óptima formação pedagógica sobre quase nada de ciência (como alguns preconizam) formando óptimos professores de bolas de sabão.